

Patrocínio aponta caos na saúde

A diária de um paciente de Aids em um hospital, com todos os cuidados e remédios adequados, custa ao Sistema Único de Saúde apenas R\$ 13,00. O dado consta de um relatório elaborado pelos auditores médicos e citado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) como retrato do caos no SUS.

Os valores aviltantes, segundo o documento, incentivam a fraude.

Página 3

Quintanilha sugere isenção em alimentos

A reforma tributária proposta pelo governo, na opinião do senador Leomar Quintanilha (PPR-TO), é uma boa oportunidade para se rediscutir a elevada carga de impostos que incide sobre os alimentos básicos. A eliminação desses impostos, que encarecem em 32% o preço dos produtos da



Quintanilha

cesta básica, segundo o senador, contribuiria para reduzir as desigualdades, além de alimentar melhor a população.

O senador culpou as elites pelo "injusto e perverso" quadro da concentração de renda no país e citou pesquisa do Banco Mundial que coloca o Brasil como campeão em desigualdades sociais.

No Brasil, disse Leomar Quintanilha, 51,3% de toda a renda estão concentrados em 10% da população, enquanto nos Estados Unidos essa parcela de 10% detém apenas 25% da renda do país.

Tuma cobra inquérito para quebra de bancos

Senador quer saber o que a Polícia Federal vem fazendo para apurar suspeitas da prática de "crimes de colarinho branco"



Romeu Tuma

Em requerimento apresentado à Mesa do Senado e dirigido ao ministro da Justiça, o senador Romeu Tuma (SP) pergunta o que a Polícia Federal vem fazendo para apurar eventuais fraudes cometidas por dirigentes dos bancos sob intervenção do Banco Central, entre eles o Econômico. Tuma quer saber se a Polícia Federal já instaurou inquéritos para apurar crimes de "colarinho branco", que prevê até 12 anos de cadeia para os fraudadores.

O senador pondera que o noticiário da imprensa só tem mencionado as providências administrativas do governo para apurar o que aconteceu durante a má gestão dos bancos estatais e privados. No entanto, segundo ele, nada se disse até agora sobre a elaboração de inquéritos policiais para punir os responsáveis pelas possíveis fraudes. Caso a Polícia Federal não tenha instaurado inquéritos, Romeu Tuma quer saber por que isso ainda não foi feito.

NESTA EDIÇÃO

Amin faz crítica à base política do governo

O senador Esperidião Amin (SC), presidente nacional do PPR, criticou sexta-feira em plenário alguns aliados políticos do governo por causa das contradições na política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, e reafirmou que, com a mesma independência com que seu partido diz "sim" às iniciativas que considera acertadas, dirá "não" às propostas das quais discordar.



Esperidião Amin

O senador catarinense citou em suas críticas a proposta do governador Mário Covas, de São Paulo, de "recomprar" o Banespa, sob intervenção do Banco Cen-

tral. Ele mencionou também as restrições feitas pelo governador Tasso Jereissati, do Ceará, à proposta de criação do ICMS federal, tese considerada por Amin como "a parte mais inteligente do projeto de reforma tributária enviado pelo Planalto ao Congresso".

Ao tratar da reforma tributária, Esperidião Amin criticou também a proposta de criação de um novo empréstimo compulsório. O parlamentar lembrou que o compulsório é um mecanismo desmoralizado pelo próprio governo, que ainda não devolveu os recursos recolhidos com o empréstimo de 1986 (sobre venda de carros e combustíveis).

Freitas confia no fim do arrocho

Página 4

Arruda apóia criação de fundo social

Página 2

Ignácio quer manter verba para Senac

Página 2



Carlos Bezerra

Venda de ações será investigada

A venda das ações da Mineração Urucum pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul será investigada pela CPI do Senado que apura denúncias de irregularidades no setor de mineração no país.

A investigação decorre de pedido feito à comissão pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), para quem os governadores daqueles estados à época da venda, Jaime Campos (MT) e Pedro Pedrossian (MS), não tinham autorização legislativa para efetuar o negócio.

Membro da CPI, Carlos Bezerra disse que as notícias veiculadas pela imprensa e o conteúdo das ações judiciais em andamento sugerem que a transação teria sido altamente lesiva ao patrimônio público.

Arruda apóia fundo para a área social

Todos os recursos públicos destinados aos carentes serão reunidos, destaca senador

O senador José Roberto Arruda (DF) destacou sexta-feira a criação, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do Fundo Nacional de Assistência Social, que deverá incorporar todos os recursos públicos destinados às parcelas mais carentes da população. Serão também incorporados ao novo fundo as contribuições da iniciativa privada dirigidas ao mesmo fim, acrescentou.

Explicou José Roberto Arruda que os recursos destinados aos excluídos da socie-

dade se perdiam numa malha burocrática, demorando-se, muitas vezes, até um ano para chegar ao destino, com o valor sensivelmente reduzido.

-Agora, as verbas serão repassadas diretamente às entidades de assistência social instaladas nos municípios. Com isso, o presidente Fernando Henrique reafirma sua posição de símbolo da social-democracia no Brasil, reduzindo o tamanho e custos do Estado, em benefício de uma mais equilibrada convivência humana - disse Arruda.



José Ignácio

José Ignácio quer manter contribuições

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) acredita que o presidente Fernando Henrique certamente impedirá a extinção da contribuição compulsória que mantém os serviços sociais do comércio e da indústria - Senac, Sesc, Senai e Sesi.

Disse o senador que o Senac e o Sesc promovem um saudável intercâmbio entre patrões e empregados, com resultados altamente positivos.

Para "refrescar a memória dessa burocracia insensível", lembrou José Ignácio Ferreira que o Senac formou 22 milhões de profissionais em seus 49 anos de existência e oferece 2 mil diferentes cursos para cerca de 1,5 milhão de alunos por ano em 1.700 municípios do país.

Reunião secreta para discutir endividamento

Secretários estaduais de Fazenda participam amanhã de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir modificações da Resolução nº 11/94 do Senado, que trata do endividamento dos estados e municípios. A reunião, em caráter secreto, foi

requerida pelo presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Na quarta-feira (dia 30), a CAE volta se reunir, para dar início à discussão do parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) sobre o projeto de Lei de Patentes.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos Internos.

14h30 - Preside sessão do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

(PREVISÃO DE TRABALHOS)

Terça-feira (29.08.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião secreta destinada a debates com os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal sobre modificações na Resolução nº 11/94-SF, que trata da dívida dos estados. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h - Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e televisão no país.

Pauta: Exposição do diretor artístico da Divisão Internacional da Rede Globo, Geraldo Casé - tema: "Televisão para o ano 2000". Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão do Projeto Calha Norte

Pauta: Reunião de trabalho para definir a pauta de depoimentos na viagem que a comissão fará no sentido de vistoriar as fronteiras do Brasil com Colômbia, Venezuela, Suriname e Guianas Inglesa e Francesa. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre meios de transportes, articulação intermodal e escoamento da produção. Palestrantes: presidente da Valec Engenharia, Luiz Raimundo Azevedo; presidente da RFFSA, Isaac Popoutchi; secretário de Energia, Transportes e Comunicação do Estado da Bahia, deputado Eraldo Tinoco; diretor-geral do DNER, Tarciso Delgado; e presidente do Geipof, Carlos Alberto Vanderlei Nóbrega. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Patrocínio vê caos na rede de saúde pública

Senador revela estudo dos auditores médicos que aponta dados "estranhos" no Sistema Único de Saúde

Estreitor. Assim o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) classificou o documento que recebeu da Associação Nacional dos Auditores Médicos do Ministério da Saúde. Segundo o senador, o documento retrata o quadro caótico em que se encontra o Sistema Único de Saúde (SUS) e apresenta propostas de soluções.



Carlos Patrocínio

Patrocínio revelou os preços que são pagos aos hospitais, segundo o documento da entidade. Por cinco dias de internação para cirurgia de abdômen, os hospitais recebem apenas R\$ 70,83; um traumatismo crânio-encefálico corresponde a um valor diário de R\$ 16,00; um dia de tratamento de um paciente terminal de Aids, com todos os cui-

dados e medicação adequada, corresponde a R\$ 13,00.

Como ressalta a associação, os "valores são aviltantes e impeditivos para que um hospital preste atendimento digno ao paciente. Provavelmente, o prestador vê em tal situação, um convite à fraude". São também objeto de atenção dos auditores a inexistência de uma legislação coercitiva compatível com o ato lesivo praticado e as dificuldades de se realizarem o controle e a fiscalização - explicou.

Rocha pede rapidez na reforma psiquiátrica

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu sexta-feira a rapidez na tramitação do projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT-MG) que prevê a extinção progressiva dos manicômios e regula a internação psiquiátrica compulsória.

Rocha frisou que o projeto conta com o apoio de dirigentes e profissionais da área de saúde e das principais entidades médicas do país, bem como da

Organização Pan-Americana e da Organização Mundial de Saúde.

O senador destacou que a realidade vem mostrando que o tratamento dos doentes mentais em hospitais psiquiátricos especializados, além de extremamente oneroso para o Sistema Único de Saúde, tem sido ineficaz e representa "um verdadeiro atentado aos direitos humanos e civis dos portadores

de enfermidades mentais".

A proposta de Delgado procura reorientar o modelo de atendimento psiquiátrico público, estabelecendo um processo gradual de novas formas de tratamento. O projeto estabelece a extinção progressiva dos manicômios a partir do princípio de que o hospital psiquiátrico especializado está superado do ponto de vista técnico e ideológico.

Lucena defende professores da Paraíba

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) contestou informações sobre a Universidade Federal da Paraíba, publicadas pela revista *Veja* em reportagem com o título "Inflação de mestre e doutores". Baseando-se em informações do reitor da universidade, o senador garantiu que "os professores do doutorado de Física apresentam um elevado índice de produção científica".

Além disso, acentuou Lucena, eles "têm publicações em várias e renomadas revistas especializadas de nível internacional, equivalentes, em número e qualidade, àquelas que se produzem na maior e mais respeitável instituição de ensino superior do país, que é a Universidade de São Paulo, a conhecida USP".

Lauro teme efeitos da crise sobre o DF

O senador Lauro Campos (PT-DF) apelou sexta-feira ao governador do Distrito Federal, Christovam Buarque,



Lauro Campos

para que compreenda o sentimento da capital que dirige e não repita, em nível local, as medidas que estão sendo adotadas pelo governo federal.

Lauro Campos referiu-se especificamente ao enxugamento da máquina administrativa, à demissão de funcionários públicos e à retirada das garantias dos servidores do Estado.

Para o senador, a sobrevida em Brasília fica difícil com o sucateamento da saúde e da educação, com a redução dos salários e com a onda de falências no comércio. Ele advertiu que o desemprego poderá levar os brasilienses ao desespero.

Fogaça destaca avanços da nova lei dos partidos

A nova vida partidária do país será caracterizada por liberdade, organização e base popular, previu sexta-feira o senador José Fogaça (PMDB-RS), ao comentar a nova Lei Orgânica dos Partidos, aprovada pela Câmara dos Deputados.

Relator do projeto quando de sua tramitação no Senado, Fogaça destacou que a proposta aprovada pelos deputados preservou quase todas as inovações apresentadas pelos senadores. A nova lei resulta de um trabalho conjunto da Câmara e do Senado.

Brasileiros correm risco na Bolívia, diz Flaviano

O temor de que o deslocamento de tropas bolivianas na fronteira possa agravar a situação dos brasileiros que vivem ou trabalham temporariamente na Bolívia foi confirmado por relatório do Itamaraty, enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A avaliação foi feita pelo senador Flaviano Melo (PMDB-AC), que havia soli-



Flaviano Melo

citado as informações. Segundo o relatório citado pelo senador, a diretoria de migração de Pando considera que 85% dos brasileiros estão em situação ilegal e não têm dinheiro, entre 200 a 300 dólares, para legalizar sua permanência.

Flaviano apoiou as sugestões contidas no relatório da missão: identificar, cadastrar e regularizar a permanência de todos os brasileiros.

Freitas espera o fim do aperto na economia

Senador diz que balanço dos últimos meses indica uma forte retração na atividade econômica e confia na "desmontagem da parafernália" de arrocho no crédito



Marluce Pinto

Marluce defende a Voz do Brasil

Por considerar que nem todos os meios de comunicação são acessíveis à maioria do povo brasileiro, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu a manutenção do programa *Voz do Brasil*.

A senadora destacou a importância desse programa na divulgação dos trabalhos parlamentares e estranhou a atitude dos que querem a limitação e mesmo a extinção do programa: "Afinal, qual outro programa nos rádios brasileiros é tão democrático quanto a *Voz do Brasil*?", perguntou.

"É por meio da *Voz do Brasil* que os brasileiros são informados das atividades, das atitudes, dos debates, das intenções e das decisões políticas praticadas e adotadas, em todos os níveis, pelos órgãos federais e até mesmo pela classe empresarial e sindicatos representativos da classe trabalhadora - disse a senadora.

A garantia dada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, para o que chamou de "desmontagem progressiva da parafernália de mecanismos de aperto de crédito" é um alívio para todos, especialmente para as classes produtoras.

A afirmação foi feita sexta-feira pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), que disse estar aguardando com grande expectativa as medidas anunciadas pelo ministro. Segundo o senador, todos os segmentos estão se unindo no clamor contra a política monetária praticada pelo Banco Central.

Freitas Neto afirmou que, apesar do desempenho do inf-



Freitas Neto

cio do ano, os últimos meses indicam uma forte retração na atividade econômica. Isto, segundo o senador, faz com que haja uma revolta generalizada dos agentes econômicos contra a política monetária e seus efeitos sobre a economia. E a maior prova disto é a redução do consumo, a inadimplência e o aumento de concordatas e falências.

O senador reconhece, no entanto, que algumas medidas adotadas recentemente trarão uma injeção de recursos que estimulará a economia, reaquecerá o comércio e restabelecerá as encomendas à indústria.

Mauro apóia Juizado de Pequenas Causas

Com a presença do presidente do Supremo Tribunal, ministro Sepúlveda Pertence, como convidado especial, a Associação Goiana do Ministério Público comemorou sexta-feira os seus 28 anos de fundação.

A data foi lembrada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que disse concordar com a rápida implantação do Juizado das Pequenas Causas em todos os estados, tese defendida por Sepúlveda Pertence na soleni-



Mauro Miranda

dade. Segundo o senador, essa seria uma "forma de desobstruir a Justiça e facilitar a vida do cidadão".

- Lembro-me bem que a idéia tem mais de 15 anos e vem do tempo que o ministro Hélio Beltrão ocupou a secretaria de Desburocratização. Por falta de legislação específica, o Juizado das Pequenas Causas não passou do campo das intenções. Por isso, considero oportuna a lembrança do ministro Pertence - afirmou Mauro.



Valmir Campelo

Valmir destaca o legado de Vargas

Ao lembrar os 41 anos da morte de Getúlio Vargas, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou que os brasileiros deveriam meditar sobre as lições do ex-presidente, no momento em que o país se envolve num amplo processo de reformas estruturais. "Ele foi um estadista popular de fato. As estruturas que ainda hoje sustentam o Estado brasileiro foram erigidas ao tempo de Getúlio", frisou.

Valmir Campelo destacou que, entre outras coisas, Getúlio Vargas criou os institutos de aposentadoria, regulamentou os contratos de trabalho, fixou horários de serviços, estabeleceu as férias remuneradas, garantiu estabilidade a quem completasse dez anos no emprego e criou a Petrobrás e a Eletrobrás. "Foi um estadista porque soube enxergar à frente dos acontecimentos."

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.